

---

## **DISCURSO SOBRE A ESCOLA PÚBLICA: ANÁLISE DE TEXTOS DISPONIBILIZADOS NO SITE TODOS PELA EDUCAÇÃO**

TAKARA, Samilo (UEM)

TERUYA, Teresa Kazuko (UEM)

*Agência financiadora: CAPES*

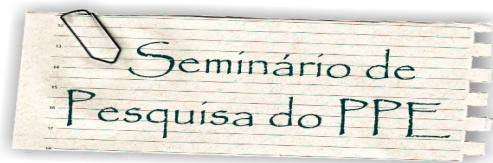
### **Introdução**

O presente artigo trata-se de uma pesquisa em andamento vinculado ao **Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura – GEPAC**, cadastrado junto ao CNPq na linha de pesquisa: Educação, mídia, estudos culturais. Com base nesse eixo teórico, esta pesquisa se desenvolve na evidência de discursos que perpassados pela mídia interferem nos modos de pensar, agir e ser dos sujeitos e suas relações com o processo educacional.

No fim do século XVIII, ocorreram processos políticos e sociais para para desarticular os antigos poderes feudais que regiam a vida no território francês. Ocorreram lutas em busca da promoção da sociedade burguesa expressar seus ideais “ainda não abalados pelas contradições sociais, que ficariam evidenciadas com a crise do capitalismo no século XIX” (SCHELBAUER; TERUYA, 2008, p. 22).

Neste momento da história, a França e a Inglaterra encontravam-se no processo de industrialização e desenvolvimento das estruturas materiais, discursivas e intelectuais, começando a se consolidadas como potências industriais. Nesse contexto formam-se as bases para a consolidação das sociedades burguesas. A educação pública e o voto universal tornam-se importantes para que a classe trabalhadora desenvolvesse uma relação de identidade cívica e elaborasse uma relação com o Estado.

Leonel (1994) analisa a escola pública e as transformações sociais, políticas e culturais, do século XVIII e XIX no contexto da sociedade francesa e inglesa, em sua tese de doutoramento. Retrata o momento de fortalecimento do sentimento nacional por meio da educação disputada pela burguesia e o clero especialmente na França pelos



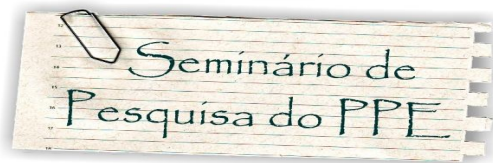
grupos que pretendiam assegurar o poder. Fundamentada nas pesquisas e investigações em textos e livros encontrados na Fundação Casa Rui Barbosa, Leonel salienta como a escola francesa foi influente para “as novas repúblicas do final do século XIX, entre as quais a República do Brasil, tendo em vista os desdobramentos dos acontecimentos europeus nesse outro lado do mundo” (LEONEL, 1994, p. 10).

Os intensos embates políticos, sociais, religiosos e culturais ocorreram ao longo do século XIX para a formação do “homem moral francês” e do “homem egoísta inglês”, como salienta Leonel em seu estudo sobre o contexto histórico da criação da Escola Pública na França. A influência dos pensadores liberais desponta no pensamento educacional da época para formar um novo homem por meio da educação.

[...] que tem como princípio a transmissão do conhecimento acumulado a partir da experiência como fonte da moral. Quanto mais as luzes forem disseminadas, mais os homens abandonarão seus preconceitos, superstições e dogmas em favor do desenvolvimento material e mais saberão controlar suas liberdades e desejos para conservar a sociedade que permite essa sua forma de existência (LEONEL, 1994, p. 80).

Este pensamento encontra-se nas bases das discussões sobre a educação pública e pautado nas ideias de Rousseau, Locke e outros pensadores liberais da época, que argumentavam em seus escritos sobre a formação do trabalhador para o modo de produção industrial, o denominado “mundo do trabalho”. Esses ideais culminam no século XIX, com a consolidação da classe burguesa no poder político e econômico e o processo universal de uma instrução do povo (SCHELBAUER; TERUYA, 2008, p. 27).

Com base neste novo paradigma do trabalho, a burguesia, conforme argumenta Leonel (1994), concedeu oportunidade para que os trabalhadores tivessem o direito ao voto universal e à escola primária. Ofereceu ao grupo que estava em crise com a classe burguesa, depois de ajudá-la na ascensão ao poder, os direitos e os processos de subjetivação dos indivíduos, como o pertencimento da nacionalidade, ao invés de ter de repartir o poder sobre o Estado francês, que oportunizou o desenvolvimento de uma memória francesa, e um sentimento nacional colaborou para o aumento do poder social da burguesia. Esta estimulou a criação de símbolos e mitos nacionais para a proteção do Estado, em um momento de internacionalização do capital.



Entretanto, para chegar efetivamente ao sistema nacional de educação, foram travadas diversas disputas entre religiosos (católicos e protestantes), cientistas, políticos (liberais e conservadores) e entre os mesmos. Somente no fim do século XIX que ocorre à obrigatoriedade do ensino fundamental e a efetivação do Sistema Nacional de Educação, modelo seguido depois na Europa e Estados Unidos da América (SCHELBAUER; TERUYA, 2008).

Diferentemente das manifestações e transformações francesas em que a educação pública foi criada por pressão das classes operárias e inicia-se o movimento pelos direitos como o voto universal, a regulamentação do trabalho infantil, dos sindicatos e da escola primária. No Brasil, as pressões da burguesia colaboraram para a Proclamação da República. A exigência de intelectualidade na época ainda não era uma realidade, o que inviabilizou a consolidação de um sistema nacional de ensino (SCHELBAUER; TERUYA, 2008).

Percebemos como o poder exerce-se entre os grupos sociais e suas relações podem ocultar ou enevoar os caminhos e olhares para os diversos aspectos que poderiam ter colaborado para um sistema consolidado e unificado de ensino público, gratuito e laico no Brasil. Schelbauer ressalta a importância das ações em prol da educação.

[...] os discursos continuarão sendo discursos enquanto as transformações sociais não atingirem o grau de modernidade. Mas, apesar de não se efetivarem e não corresponderem exatamente as necessidades daquele processo, expressam suas contradições e perdem o fôlego quando as soluções para os problemas que pretendiam resolver são encaminhados por outra via. Talvez isso possa ajudar a compreender o hiato entre desejos manifestos e não realizados (SCHELBAUER, 1998, p. 141).

Ao pensarmos a importância do discurso e as relações sociais, políticas, culturais e materiais para a consolidação de uma educação pública, Foucault (2006) colabora para pensarmos sobre o poder do discurso na consolidação dos projetos modernos. A proposição de pensar a “política geral” acolhe e colabora para o funcionamento e a dispersão. Os modelos modernos sancionam o que seria certo ou errado, quais as técnicas e os procedimentos para valorizar uma norma e instituí-la como verdade,

fornecendo a sociedade moderna um modelo educacional dito “verdadeiro” (FOUCAULT, 2006, p. 12).

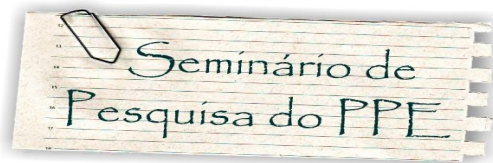
Percebemos, com o auxílio da leitura do discurso, tendo como base as contribuições de Foucault no pensamento sobre relações de poder e discurso, que o poder é instituído graças a técnicas, a modelos, a estatutos e que impor ou sofrer as condições do poder são situações regidas pelas institucionalizações dos discursos que são tomados como verdades. A consolidação de uma verdade impede que se discuta e se proponha outras formas de compreender os processos.

Relacionando os conceitos, percebemos que os “desejos manifestos e não realizados” apresentados por Schelbauer (1998), foram discursos que não foram empoderados, que não foram tomados enquanto verdade e não foram observados por aqueles que poderiam exercer a resistência no pensamento educacional da época. O sistema nacional de educação pública foi ignorado entre as técnicas de dominação desenvolvidas pelos grupos políticos da época.

Com objetivo de analisar como o pensamento sobre a educação pública manteve enunciados que foram sendo perpetuados pela necessidade evidenciada por pensadores da educação, que partilharam e partilham as ideais educacionais que primam pela melhoria das instituições públicas de ensino e seu desenvolvimento, relacionamos o “Manifesto dos Pioneiros da Educação nova de 1932” com o “Plano Nacional de Educação (2001-2010).

O segundo documento rememora o “Manifesto de 1932” e evidencia o que os pioneiros têm pensado em melhorias para a educação brasileira. Entre os desafios estava, como principal bandeira, a formação do cidadão brasileiro visibilizando um ideal de cultura e os conhecimentos científicos necessários. Com esta relação, percebemos enunciados como “o desafio da Escola Pública”, a “necessidade da sociedade se engajar na educação pública” e a “valorização da educação para o bem-estar da nação brasileira”.

A necessidade de criar simbolicamente a nação contou com a escola como aliada. Assim, ela projetava um homem nacional – em outras palavras, um cidadão – e esse projeto guiava a decisão sobre o que ensinar. No Brasil, por exemplo, as reformas educacionais da década de 1930 tiveram como meta a construção de uma espécie de



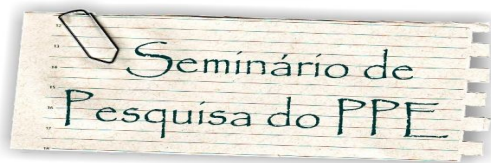
brasilidade. Para tanto, enfatizou-se a língua portuguesa, a educação moral e cívica, a história e a geografia do Brasil, além da valorização dos símbolos nacionais (MACEDO, 2010, p. 21).

Esses enunciados evidenciam como um grupo institucionalizado, o movimento “Todos pela Educação”, subsidiado pela iniciativa privada, pretende colaborar para o desenvolvimento da educação pública brasileira, pois “somente o Estado não poderá resolver os problemas”. Esta afirmação nos proporcionou pensar que, se verdadeira, como o Estado se propõe à educação pública e não é capaz de exercer seu papel de maneira condizente? Com esta dúvida, buscamos no *site* do movimento **Todos pela Educação** com objetivo de evidenciar os enunciados presentes nas matérias jornalísticas selecionadas pelos profissionais de comunicação envolvidos para evidenciar aos interessados em conhecer o movimento. Para isso, visibilizamos os enunciados que o movimento Todos pela Educação evidencia sobre a Escola Pública.

O ano de 2010 foi o último ano do Plano Nacional de Educação e ano eleitoral, desse modo, nos propomos a problematizar os discursos que o movimento lança em nove matérias jornalísticas disponibilizadas no *site* **Todos pela Educação** que demonstravam características específicas sobre a Escola Pública. Desse modo, seguindo a perspectiva foucaultiana de compreensão das relações de poder e análise do discurso, por meio da regularidade de enunciados, nos apropriamos do modo de ver, pensar e agir no mundo oportunizado pelo eixo axiológico dos Estudos Culturais para conceber nossa análise das referidas matérias jornalísticas.

### **Em outras palavras: análises das matérias selecionadas**

Nossa investigação se propõe a evidenciar nos discursos relacionados à escola pública em dois documentos importantes para se compreender os discursos desta instituição na sociedade brasileira no início deste século. Pretendemos por meio da perspectiva foucaultiana de análise do discurso, compreender quais os enunciados que foram transmitidos pelos veículos de comunicação no ano de 2010 e como eles analisam e configuram a escola pública.



Escolhemos como recorte nos pautar no *clipping* desenvolvido pelo movimento Todos pela Educação <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>, que se propõe, segundo o texto de missão e metas em seu *site* “Contribuir para a efetivação do direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade até 2022”. Este movimento que recebe investimento de iniciativa privada e se propõe reunir “sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos com objetivo de contribuir para que o país garanta a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade”.

Por ser um movimento organizado e que possui um *site* para a divulgação de notícias e informações sobre educação e desenvolve um trabalho de assessoria de imprensa denominado *clipping* – ferramenta da assessoria de imprensa que “consiste em identificar na imprensa as citações sobre a organização ou assuntos previamente determinados, organizá-las e repassá-las para conhecimento dos interessados” (SANTANA; LISBOA, 2011, p. 10).

Com base na perspectiva foucaultiana de discurso relacionada ao eixo axiológico dos Estudos Culturais relacionamos os enunciados das matérias aos enunciados do Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e do Plano Nacional de Educação (2001-2010). Investigamos os enunciados publicados sobre a escola pública e a regularização e reincidência destes enunciados nos textos jornalísticos. Quais são os seus enunciados e de que forma eles produzem saberes/poderes em nossa sociedade? Para compreender os discursos perpassados, é necessário ter nítido as indagações desenvolvidas por Foucault que motivam a análise do discurso por esta perspectiva. Procuramos nos atentar para questões: quem fala? Quais são as razões para escolher esta espécie de linguagem? Que título valida suas proposições? Que receptores esperam que recebam seu discurso, suas singularidades como verdades? (FOUCAULT, 2009).

O movimento declara em seu *site* que possui cinco metas que “são claras, realizáveis e monitoradas a partir da coleta sistemática de dados e da análise de séries históricas de indicadores educacionais oficiais”. Referenciamos em suas metas para compreender de onde fala o movimento e quais são as intenções dele para a “melhoria” da escola pública.

As metas são “toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado à sua



série; todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; investimento em Educação ampliado e bem gerido”. O movimento ressalta sua desconfiança ao estado quando diz que “somente a ação dos governos não será suficiente para alcançá-la”.

O movimento “Todos pela Educação” surgiu em setembro de 2006, cinco anos após entrar em vigor o Plano Nacional de Educação – PNE. Suas propostas confundem-se com os escritos do documento que tem o objetivo de garantir uma escola pública de qualidade para crianças e adolescentes. Por ser um movimento da sociedade civil e com investimentos da iniciativa privada evidenciamos no discurso do movimento uma qualidade profissional.

Com base na compreensão de sujeito e espaço (campo discursivo, ou região<sup>1</sup>), concordamos com Foucault, em sua aula inaugural no Colège Du France em 1970, ao dizer que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2009a, p. 10). O objeto de desejo contido no discurso não é o que move as lutas e os sistemas de dominação, todavia, é pelo que se luta, é o poder tal qual queremos nos apoderar.

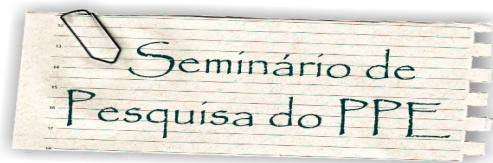
Nos discursos encontramos regularidades, a presença de marcas de sentidos, os interesses e os saberes/poderes que transpassam e perpassam o discurso. Compreender os enunciados é descobrir que de tempos em tempos eles formam um conjunto que se refere a um objeto. Esta unidade discursiva não deve ser buscada pela coerência de conceitos. Isso “explica que devemos tentar analisar o jogo de seus aparecimentos e de suas dispersões” (FOUCAULT, 2009b, p. 36).

Em nossa seleção dos discursos (ou um conjunto desses) observamos enunciados semelhantes em sistema de dispersão<sup>2</sup>, “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de

---

<sup>1</sup> Uma região, aqui, não é lugar geográfico; é um campo discursivo que posiciona como a criança é conhecida e conhece o mundo. O conceito de região focaliza o estudo nas práticas linguísticas particulares que produzem um objeto de escrutínio e observação, tal como a criança moderna que vem para a escola e é classificada através de múltiplos sistemas simbólicos que lhe atribuem um espaço epistemológico particular em vez de um lugar geográfico (POPKEWITZ, 1994, p. 202).

<sup>2</sup> O sistema de dispersão é tratado por Foucault (2009b) como um conjunto de discursos que encobre os sentidos e os saberes que foram constituídos historicamente.



uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009b, p. 43). Foucault chama de “regras de formação” as condições em que estão os elementos de repartição e são essas regras as condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação, de desaparecimento, de uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2009b).

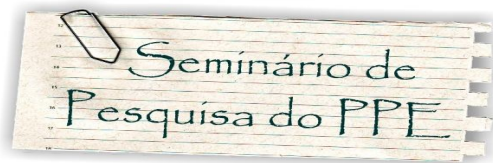
Com base nessas regras de formação e na compreensão de enunciado, como um sentido – mas também um saber, um poder e um aspecto de regularidade – que analisamos as relações entre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e o Plano Nacional de Educação (2001-2010). Nos enunciados dos documentos, evidenciamos os discursos sobre escola pública nas matérias selecionadas pelo movimento “Todos pela Educação”, a ideia de Escola Pública apresentada pela mídia on-line em 2010.

Relacionar os enunciados sobre Escola Pública contido nos documentos nos possibilita problematizar quais foram os preceitos que, com o tempo, oportunizaram pensar a educação pública no país. Ao percebermos qual o discurso que cristaliza o ideal dessa instituição, relacionamos as reportagens, entrevistas e colunas que, elencadas pelo movimento Todos pela Educação, representam o que foi disseminado pela mídia em 2010, último ano do Plano Nacional de Educação.

Discussões acaloradas ocorreram, de um lado, os defensores da educação nova, que defendiam um sistema de ensino unificado e, de outro, um grupo de educadores com base religiosa, acontecia, no fim da década de 1920 em diversos debates nas Conferências Nacionais de Educação sobre a instrução pública no Brasil. Motivado por Nóbrega Cunha, Fernando de Azevedo redigiu os ideais que os defensores de uma nova forma de educação tinham como proposta em um manifesto. Em março de 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores que primavam pela “escola ao meio social produtivo, sem negar os valores especificamente culturais representados pela arte e pela literatura” (SAVIANI, 2008, p. 248).

O Manifesto de 1932 considerava a educação escolar uma obrigação do Estado. Deve ser exigido dedicação e sacrifício para que a educação pública seja tomada como colaboração para a formação e perpetuação da cultura e da identidade nacional





(SAVIANI, 2008, p. 251). O objetivo do documento, em suma, era propor uma reestruturação educacional no Brasil.

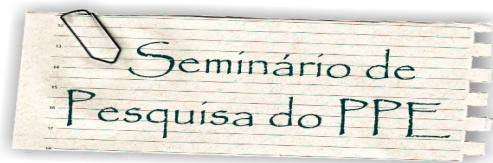
No Manifesto, percebemos algumas regularidades específicas quanto ao que se pensava da instrução pública no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930. Fernando de Azevedo, o redator e primeiro signatário do manifesto, por todo seu texto ressalta que:

“[...] foi com os homens dessa geração, idealistas práticos, realistas a serviço do espírito que se formou, no Brasil, uma “consciência educacional”, com que o problema da educação, tratado e discutido sob todos os aspectos, passou para o primeiro plano das cogitações, preparando-se o caminho para as grandes reformas escolares” (AZEVEDO, 1932, p. 19).

Outro trecho do manifesto que elenca a importância das reformas defendidas pelos signatários é a defesa que “a todo o indivíduo o direito de ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (AZEVEDO, 1932, p. 19). Um dos focos do manifesto, que percebemos explícito por todo o texto é a responsabilidade do Estado em pensar e agir pela e para a educação.

No Manifesto de 1932, a educação precisa ser pensada com os princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação. O manifesto tem discriminado a importância desses fundamentos.

“A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação [...] A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. [...] A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtivo, isto é, até aos 18 anos [...] A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um ou outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições “a educação em comum” ou coeducação, que, pondo os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional,



torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação (AZEVEDO, 1932, p. 48-49).

Estes trechos destacados mostram as preocupações dos educadores da época, levando em conta outros fatores, como constituição de uma identidade nacional, a valorização da cultura brasileira e da cultura “clássica” e desenvolvimento dos homens para a vida profissional, graduando todos os cidadãos, até os 18 anos. Essas metas, em 1932, também são nossas metas no início da segunda década do século XXI.

Disparidades foram visibilizadas também pelo Manifesto de 1959 e depois as discussões para a Lei de Diretrizes e Bases e que, até 2001 foram elencadas e ditas priorizadas. Em 2001, foi assinado o Plano Nacional de Educação. Sua redação inicia-se com a rememoração dos pioneiros da educação nova e a necessidade de uma educação pública, de qualidade para instruir os cidadãos.

Em 2010, nove matérias jornalísticas, entre reportagens, entrevistas e colunas apontaram e diagnosticaram os problemas e as dificuldades da Escola Pública. Entre os nove textos selecionados, os autores argumentam em diferentes áreas do pensamento sobre a sociedade. Quatro textos referem-se à política, sendo um deles relacionado à temporalidade e as alterações de valores sociais, políticos e culturais; três matérias se referem às questões econômicas e fazem uma relação entre a economia e a educação pública; um deles é sobre assistencialismo e o olhar das entidades filantrópicas sobre a Escola Pública; e um apresenta um caráter mais subjetivo, uma coluna desenvolvida por uma professora emérita do Rio Grande do Sul, que discursa sobre as dificuldades e os anseios dos professores das instituições públicas de ensino.

Percebemos como regularidade dos enunciados, a ideia da Escola Pública ser o centro das atenções do Estado e da sociedade civil. Esses discursos perpassam diferentes Estados brasileiros (MT, PA, PR, SP, MG e RS) em que as mídias eletrônicas e impressas têm dificuldades, carências, desafios, transtornos, oportunidades, entre outros adjetivos às instituições públicas de ensino.

As matérias relacionadas à política em 2010, “Escola Pública, de mal a pior”; “Projeto que promove Escola Pública é alvo de rejeição”; “Escola Pública não é só para pobre”; “Quem quer o filho na Escola Pública”, têm um caráter eleitoral no agendamento da mídia. Com as eleições para a presidência e outros cargos do governo

federal e estadual era necessário relacionar os temas com questões políticas, propostas à população brasileira nas discussões, no Legislativo e no Executivo, em níveis estaduais e federais.

As matérias se subdividem nas responsabilidades e mostram diferentes maneiras de observar a Escola Pública, ressaltando o enunciado de que a educação pública tem uma fama ruim e uma estrutura precária. A culpa é disseminada entre políticos. O que se evidencia é a ideia de que falta atenção dos parlamentares, políticos, em seus mais diversos graus de administração, olharem para as necessidades e as dificuldades da Escola Pública.

As matérias que envolvem economia, “Eles poderiam pagar, mas colocaram o filho em escola pública”; “A classe média e a escola pública”; “A escola pública”, relacionam o posicionamento da problemática da classe média ao confiar ou não confiar no sistema público de ensino para a educação de seus filhos. É necessário que esta classe se envolvesse nas discussões sobre educação. A primeira reportagem aborda algumas escolas de referências e centros de aplicação que têm suas vagas disputadas por crianças de famílias da classe média e média alta. Uma boa estrutura e uma formação privilegiada. As outras matérias cobram a presença de crianças dessas classes. Visibilizo que com as famílias de classe média atentando-se para a educação pública, muito pode ser melhorado.

Um enunciado que se evidencia nestas reportagens é a ideia de que os mais abastados devem ir para as instituições públicas (e nas matérias incita-se que as famílias de classe média façam o mesmo com o SUS – Sistema Único de Saúde) para cobrar dos governantes mais atenções e dedicação à educação pública. Em alguns trechos se salienta ideias como “a escola pública não é de graça” percebe-se uma valorização a ideia de pertencimento ao Estado e suas obrigações e direitos e, em outros casos, percebe-se a regularidade de enunciados que dizem que a classe média pode mudar a Escola Pública.

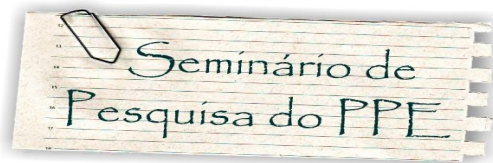
Problematizamos nesses discursos que o poder da classe média nos dá possibilidades de visibilizar o temido pelo Estado. As pessoas não se preocupam com as instituições públicas, porque quem detém o capital, paga por uma instrução de qualidade. Entretanto, ao invés de um discurso que promovesse a ideia de uma

valorização das classes menos abastadas por meio da educação e da troca de saberes e poderes presentes em nossa sociedade, as mídias – que tem a maioria de seus assinantes, leitores e patrocinadores sendo das classes média e média alta – promovem um discurso de que seu público é responsável, tem poder o bastante para modificar a situação conflituosa da educação pública brasileira.

Outras matérias têm diferentes focos, por exemplo: “É hora de priorizar a escola pública”. Trata-se de uma carta de Rubens Naves e Carolina Gazoni – que na publicação representam a Fundação Abrinq – que expõe a ideia da necessidade de outras entidades participarem da elaboração e do desenvolvimento da Escola Pública. Parte do pressuposto de que o Estado não tem condições de oportunizar aquilo que é garantido na Constituição federal, e em outros documentos oficiais, que é o acesso a educação pública, gratuita e de qualidade. A última matéria analisada, “Em defesa da Escola Pública” é de 23 de novembro de 2010, e é escrita por Nylsa Osório Jorgens Bertoldi, professora homenageada emérita no Rio Grande do Sul. Sua atenção é com os profissionais da educação pública que sofrem com suas rotinas esmagadoras sem a valorização de seu trabalho. A colunista ainda exalta a necessidade de se valorizar os/as professores/as para um desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

Ao analisarmos esses textos, tendo como perspectiva o eixo axiológico dos Estudos Culturais e os fios condutores das teorizações foucaultianas de saber e poder, visibilizamos as culturas e subjetividades dos autores e instituições que reverberam os discursos culturais, sociais, políticos e econômicos ao tratarmos sobre a educação pública. No discurso do movimento Todos pela educação observamos responsabilizações ao Estado - que não tem condições de cumprir com sua obrigação segundo os posicionamentos do movimento – em proporcionar a sociedade uma educação pública de qualidade, o movimento se posiciona como organizado para colaborar no desenvolvimento da educação pública, salientando não ser possível de se garantir, apenas com a ação estatal.

Percebemos o poder diluído nas matérias escolhidas para estar no *clipping* apresentado pelo movimento. As matérias mostram a necessidade de que a classe média, os intelectuais e outros indivíduos da sociedade civil se preocupar com a educação pública, não deixando apenas a cargo do Estado, que é o responsável por esse setor.

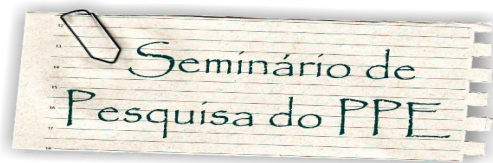


Existe uma regularidade do enunciado de que a Escola Pública necessita de diversas atenções e que os governantes devem dar atenção, mas não pode ficar a cargo apenas dos políticos.

Outra regularidade de enunciados é a presença da culpabilidade dos políticos transformando as necessidades da Escola Pública invisíveis. Percebemos que algumas matérias focam na proposta de lei, do senador Cristovam Buarque. Os políticos devem colocar seus herdeiros em instituições públicas de ensino para que haja uma maior preocupação com a formação que as Escolas Públicas dão as crianças e aos jovens.

As referências ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e ao Plano Nacional de Educação (2001-2010) nos permitem perceber que as matérias jornalísticas lançadas no ano de 2010 e selecionadas pela entidade Todos pela Educação são textos que reproduzem três regularidades específicas: a Escola pública necessita de atenção e a culpa do Estado é invisível; o que fica nítido é a presença da culpa de políticos, de pessoas públicas, de indivíduos e não das estruturas do Estado, que devem arcar com o proposto pelos documentos oficiais; e, a classe média, deveria se atentar as necessidades da Escola Pública e cobrar sua melhoria dos políticos.

As referências as classes ficam salientadas nos textos. Notamos a culpabilidade sendo reproduzida nas estruturas do Estado, reafirmando a necessidade de atenção aos proletários enquanto uma medida paliativa para o desenvolvimento educacional, obnubilando outros problemas como preconceitos, deficiências na formação de professores, baixos salários e culpabilização do papel do professor, que deve atuar como herói dentro e fora das instituições de ensino. Ao relacionarmos os documentos – Manifesto de 1932 e Plano Nacional de Educação – compreendemos que as regularidades de enunciados ainda estão presentes. O texto do movimento Todos pela Educação traz o que os documentos apresentam como os objetivos a serem conquistados: uma educação pública e gratuita de qualidade e uma formação consolidada para que os indivíduos exerçam suas cidadanias.



## Considerações Finais

Ao retomar os enunciados emitidos nos discursos do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, relacionamos às contribuições históricas da tese de Leonel (1994). Percebemos que desde o início das discussões sobre a instrução pública na França e que foram difundidas por intelectuais europeus no processo de formação nas novas Repúblicas, especialmente no novo continente, estavam se organizando para a formação dos Estados-nação, inclusive, na República do Brasil (LEONEL, 1994).

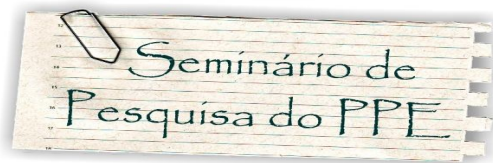
Reconhecemos nos discursos do Manifesto de 1932 e do Plano Nacional de Educação, muitos enunciados que foram emitidos desde o pensamento educacional produzido na França, no contexto do fim do século XVIII. Os embates por uma educação pública francesa mantêm as regularidades de enunciados nos discursos dos documentos analisados. São enunciados que se repetem e carregam consigo os discursos da necessidade de uma educação pública de qualidade, laica e para todos, priorizando a educação básica e fundamental.

Os discursos do “Manifesto” e do “Plano Nacional de Educação” são ainda compostos de alguns dos enunciados que estão desde as discussões francesas e as discussões que colaboraram para a formação do pensamento da educação pública. Essa análise visibiliza alguns dos enunciados que se reverberam nos ditos midiáticos acerca da educação pública no país.

Nossas análises das matérias que tinham um caráter diagnóstico sobre a Escola Pública percebem a regularidade de dois enunciados recorrentes: a Escola Pública é responsabilidade dos políticos e eles devem melhorá-la; e a Escola Pública é uma instituição em decadência e deve ter atenção da classe média. A educação pública é discursada como uma dificuldade que o Estado não consegue manter as instituições de ensino público.

São diversos os enunciados que perpassaram e ainda perpassam os discursos midiáticos sobre a Escola Pública. As reportagens e matérias nos veículos de comunicação social apresentam discursos de como as escolas públicas não estão dando conta de suas responsabilidades e os professores são culpados de um aprendizado não significativo e sem uma preparação para a sociedade.



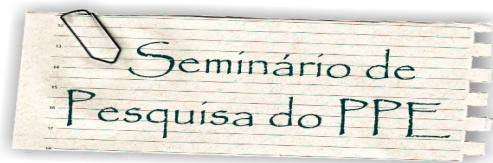


Em nossa percepção, as matérias que estão disponíveis no site do movimento, que é uma institucionalização da sociedade civil organizada, Todos pela Educação, mantêm uma regularidade de enunciados que responsabilizam a Escola Pública, a classe média e os políticos, entretanto, não são analisadas as políticas e as intenções partidárias. São poucos discursos que valorizam a Escola Pública como um espaço de pluralidade cultural e valoriza as relações de saberes que estão nas instituições públicas de ensino.

Visibilizamos as relações de poder dos *experts* sobre os discursos midiáticos acerca da escola pública reafirmando enunciados que responsabilizam a escola pública enquanto espaço de transformação social que deve ser melhor utilizado por professores, diretores e outros profissionais da educação, não salientando a necessidade de colaborações do Estado e dos sujeitos envolvidos no contexto educacional. Os enunciados apresentados nos documentos relacionavam as instituições públicas de ensino como o espaço onde crianças e jovens relacionam saberes, poderes e práticas para desenvolver seu conhecimento e exercer sua cidadania.

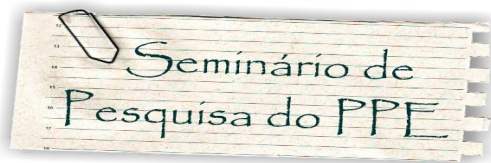
Percebemos que as regularidades de enunciados e discursos sobre a Escola Pública não relacionam sentidos e ideias dos documentos oficiais e das matérias publicadas na mídia. Essas relações de poder e regularidades dos enunciados não condizem com a teoria e a prática que perpassam as instituições públicas de ensino. Muitas ideias dispersadas por enunciados nos documentos oficiais disseminam os ideais do ensino público. Entretanto, os enunciados dispersados e regularizados pela mídia são influenciados pelas condições de relações de poder sobre a educação pública.

Este trabalho relaciona enunciados dispersados e regularizados pelas matérias jornalísticas selecionadas pelo movimento Todos pela Educação e o “Manifesto dos pioneiros da Educação nova” e o “Plano Nacional de Educação” (2001-2010). Não pretendemos aqui esgotar as análises que podem ser feitas nas relações entre os três textos que relacionamos, entretanto, este trabalho destaca uma das possibilidades de se analisar as regularidades de enunciados e as relações entre os textos referenciados.



## Referências

- AZEVEDO, Fernando de [et al.]. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** (1932). Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1932.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009b.
- LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública** (Elementos para a crítica da teoria liberal de Educação). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1994.
- MACEDO, Elizabeth. A Cultura e a Escola. In: MISKOLCI, Richard (org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. (11-43)
- POPKEWITZ, Thomas S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. (173-210)
- SANTANA, Amanda Carolina Egelke; LISBOA, Leonardo Gonçalves Sarmanho de. A Relação Mídia e Assessoria: O papel da Assessoria de Imprensa na produção de notícias. In: **Puçá** – revista de comunicação e cultura da Amazônia. V. 1. N. 1 (3-25). Belém/PA: Faculdade do Pará, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.
- SCHLBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.



Universidade Estadual de Maringá  
07 a 09 de Maio de 2012

---

SCHELBAUER, Analete Regina; TERUYA, Teresa Kazuko. Gênese da escola pública.  
In: Anair Altoé. (Org.). **Temas de educação contemporânea**. Cascavel, PR:  
EDUNIOESTE, 2008. (p. 21-43).